

A IMPRENSA DE CUYABA.

EDUCATIVO, POLÍTICO, MERCANTIL E LITERÁRIO.

PUBLICA-SE AOS DOMINGOS. — FOTOGRAFIA DE SONGA, Ribeirão etc. — COMP. SUBSCREVE-SE NO ESCRITÓRIO DA DIRECÇÃO RUA AUGUSTA N.º 50.

PRASAS DA CUYABA.

- Ming. a 3, as 4 h. 23' 26" da tarde.
- Nova a 41, as 10 h. 47' 2" da manhã.
- Cresc. a 49, as 2 h. 39' 8" da tarde.
- Cheia a 26, a 11 h. 2' 26" da manhã.

ASSIGNATURA ANUAL.

Para a Província	12 \$ 000
Para fora	15 \$ 000
Acústos	8 \$ 00

Justica e honra ao mérito; censura e oposição aos abusos.

A IMPRENSA DE CUYABA

24 de Março.

A Redacção da Imprensa não pôde descer da altura em que se acha colhida para responder aos assignados da Voz de 17 do corrente.

Entre ella e aquelles escriptos ha um paul em que nunca pisou, e que não pôde transpor sem quebra da dignidade que lhe importa nunca perder.

Conscia do que deve a si e ao público, sabe compreender o axioma—os efeitos indicão sempre a natureza das causas—e por isso contenta-se em dizer-lhes como o poeta:— Assignastes o teu nome? Estou vingado—

Duarte, commandante superior da G. N. da Villa Nova da Rainha, 5:000 \$ para serem applicados em beneficio das victimas da fome n' aquelle municipio.

As notícias de S^a Isabel, Lençóis e Urububu são mui desagradáveis. A secca e a fome continuaram a flagellar horrivelmente. A pobreza morre inanida. As estradas estão cheias de emigrados famintos, que mal podem sustar os passos.

Encontram-se cadáveres em diversos lugares. Meninos sem direcção, separados de seos pais, e com o sofrimento desenhado nas faces estendem a mão à esmola.

Asseveraram-nos que veio para o governo uma representação de mais de 400 pessoas pedindo providências contra esse estado de causas.

Lê-se no mesmo periodico de 23.—

Um quadro bem triste e doloroso nos contrista agora o coração: um painel vivo retrato da miseria, nos enche de dó e de pena.

Ninguem ha por mais refractario que se não commova ante o sentir da humildade, e muito mais ante os sofrimentos da innocencia.

Percorre as ruas d'esta cidade um grupo de 6 a 10 meninas, todas de 6 a 10 annos esmolando o pão da caridade: seos rostos pela palidez que trazejo, demonstrao quanto padecem: os esfarrapados andrajes que as cobrem, mais pungentes as tornão.

Da villa velha de Jacobina vierão essos orphans em companhia de uma mulher e trez meninas que igual compaixão merecem.

São os restos de familias que succumbiram victimas da fome.

Condõe-nos semelhante scena: vimolas estirar a mão da mendicidade para receber a esmola que lhes dava mão caridosa.

Não são esses os últimos emigrados que para aqui tem vindo: muitos por ali andão.

Os nesses sertões, outrora tão férteis e abundantes, apresentão hoje o mais terrível aspecto: a séca os tem completamente devastado.

PUNIÇÃO.—Sabio a luz na Bahia os misterios da Bahia, obra do Sr. João Nepomuceno da Silva.

ESTRADA DE FERRO DA BAHIA.—Fêmo sido empregados n'ssas obras da estrada de ferro da Bahia para mais de 400 emigrados do sertão.

Lê-se no Jornal do Commercio de 23 de Setembro.

MOLESTIAS DO GADO.—Tende apparecido recentemente uma molestia fatal ao gado, principalmente nas provincias de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, será de utilidade para os criadores e cultivadores não só dessas como de outras províncias o conhecimento do seguinte meio que aponta o Industrial Français—para preserval-o de um dos males que mais o flagella:

Diz aquella folha:

Nossa correspondência do norte refere um facto curioso, que não deixa de ter importancia para a agricultura. Parece que um proprietário dos arredores de Moscow achou um meio de preservar o gado do typho contagioso, que ha alguns annos causou tão vivas inquietações aos criadores. Este meio é simples, e nós o referimos em beneficio dos grandes agricultores de nosso departamento, se desgracadamente mais tarde o mal se apresentar. Consiste na inoculação da saliva de um sujeito enfermo, sob a pelle das rezes que estiverem ameacadas do flagello. Esta inoculação é tão efficaz como a da gafeira para os carneiros e da vaccina para o homem. Eis o processo: toma-se a saliva de um boi atacado do typho; depois fazendo-se uma incisão de cerca de 2 centimetros na pelle, na face interna da coxa, desprega-se a pelle com a ponta do dedo, de modo que faça um pequeno bolso, e ahí se introduz a saliva. O animal fica atacado de uma molestia facticia de character benigno, e que o preserva do typho, que não se declará mais naquelles que já forão afectados.

EXTATOR—Descoberto marítimo.—Descobriu-se recentemente na Baixa Califórnia uma vasta baía de mar interior

NOTICIARIO

CORREIO.—Pelo correio do Piquiry entrado a 18 do corrente recebemos jornais da Corte de 49 a 27 de Novembro; da Bahia de 22 do mesmo mes a 2 de Dezembro.

As ultimas datas desta província na Corte até 20 de Novembro, e na Bahia até 2 de Dezembro, sao de 23 de Setembro.

Recebemos o Maragogipano e a dedicacão e bondade que sempre manifestou para conosco essa illustre redacção tributaram nossos sinceros agradecimentos, e esperamos que o collega continue a honrare-nos com a remessa dos jornais.

Tecol
do
tri

Popular
adecimento
factores.

Vila em sua
florescentes

rerudecer
de horrores
virgínuas pa-

escrevemos do
embro último,
mandou énto-

to da Silva

communicando por um canal com o Oceano Pacifico: esta bacia, de forma irregular, estende-se de 26° 40' até 28° 5' de latitude norte, e sua largura varia de 32 a 80 kilómetros.

Parece frequentada por um grande numero de baléas e phocas, e por isso derão-lhe o nome de Laguna dos Baleeiros. Vêm-se, nas suas margens ou nas ilhas que contem depositos consideraveis de guano e de sal marítimo.

TÍTULO SEM APLICAÇÃO.—A Voz, sob o título—*proibição de musica*—deon-nos no seo artigo de 17 do corrente uma prova de que—

« Tomou a seo cargo grande e forte
« Fazer dificuldades no fagote! ...»

Sí aquella redacção der-se ao trabalho de reconsiderar o que escreveu, facilmente compreenderá que nenhuma applicação, nenhuma apropriação existe entre o filho que gerou, e o nome com que o baptizou.

ALFANDEGA DE ALBUQUERQUE—Por decreto de 16 de Outubro pp. foram nomeados para esta Alfandega os seguintes empregados.

Inspector—Antonio Honorio Ferreira
1.º Escripturario, servindo de auxiliante—Candido Martins dos Santos Viania Junior.

2.º Escripturarios—José Ferreira de Barros e Chrispim Ferreira de Oliveira.

4.º Conferente—Thomaz Deschamps de Montmorency.

2.º Dito—Domingos Facundo de Castro Menezes.

Thesoureiro—Antonio Gaudie Ley.
Porteiro—Severiano José Corrêa.

Nova SEITA—Em razão de uma denúncia dada ao subdelegado da Freguezia de S. José, diz o Jornal do Commercio de 30 de Outubro p. p., foram presos no dia 28 do mesmo mês alguns individuos, que se achavão reunidos em casa de Bernardino Guilherme da Silva, rua de S^a Luzia nº 48.

Dos esclarecimentos colhidos pela polícia consta que tinham lugar essas reuniões às 5^{as} feiras e domingos, para o estudo e discussão de themes religiosos, ou antes dos dogmas de uma nova religião sem templos, sem missa, e sem mandamentos.

Sorpresos em flagrante, foram encontrados todos os adeptos munidos de uma bíblia impressa em Londres, cujo texto alterava completamente o do original, e invertia os preceitos da Religião Catholica, Apostolica Romana, sendo falsamente atribuída ao Padre Antonio Pereira de Figueiredo.

Desconta-se ainda que a propaganda tinha outros fins ocultos cujos inqueritos se occupa a autoridade.

FESTIVIDADES RELIGIOSAS—Celebrarão-se durante a semana na Sé Cathedral a festividade de S. José, na qual orou o Rvdº. José Joaquim dos Santos Ferreira, a de N. Senhora das Dores, e na capela do So-

minario a do Patriarcha S. Bento.

SAGRACAO—No dia 20 do corrente S. Ex^a Rvdº sagrou na Sé Cathedral algumas pedras d'ara.

Foi com efeito um acto digno da magestade da religião e do sumo a que se destinou as ditas pedras.

A magestade da ceremonia deixa ao christão fervoroso dignas reflexões de piedade e temor filial.

Todo o coração docil à graça inspira-se diante de tanta grandeza e exclama si mesmo.

Quão terrível é a magestade de Deus! Si aquellas creaturas inanimadas, que não têm razão para conhecer, nem coração para amar ao seu criador, e a quem não tão liberalmente tocão os benefícios do Senhor como a homem, para recebê-lo através das guardas e corporas necessitado sanctificar-se primeiro, consagrarse a Deus, tu, ó alma cristã, de que pureza não te deves revestir, de que santidade te não deves possuir para receberes e guardares o corpo sacramentado do cordeiro sem manchar!—Teme, alma catholica, o sacrilégio e a não estar mais pura que aquellas pedras aguarda-te da recepção do teo Deus sacramentado porque então buscas a propria condenação.

SEMOES DOUTRINARIOS—Hoje, a tarde, se não houver força maior, pregará na procissão do encontro o Rvdº Conego Manoel Pereira Mendes, e a noite na Sé Cathedral o Rvdº Vigario de S. Gonçalo Antonio Joaquim de Camargo.

Nas solemnidades da Semana Santa pregarião—ao Lava peles, o Rvdº José Joaquim Graciano de Pina,—a Paixão o Rvdº. Cara José Jacintho da Costa e Silva, a Solidade o Rvdº. Conego Manoel Pereira Mendes,—a Resurreição o Exmº. Sr. Bispo Diocesano.

CURSIMO—Na 2^a e 3^a feira de Paschoa S. Ex^a Rvdº administrará na Sé Cathedral o Sacramento da Confirmation ás pessoas maiores de sete anos, que se apresentarem previamente dispostas pela confissão e com inunhão sacramental.

DECRETO N.º 2548—de 10 de Março de 1851.

Continuação do nº antecedente.

5.º Fixar e julgar, á revelia dos responsáveis, em primeira instância o débito daqueles que deixarem de apresentar as contas ou os livros e documentos de sua gestão, por quaisquer outras contas, e documentos, que lhes fizerem cargo nos termos do Decreto de 14 de Julho de 1759 no que for aplicável, e mais disposições em vigor (Decreto citado, art. 21, paragrafo 2^o)

6.º Mandar passar quitação aos Thesoureiros, Recebedores, Almomoxarifes, Contractadores, e a quaisquer outros responsáveis, quando corrente em suas contas; julgar desembargados os valores depositados, e extintas as cauções de qualquer natureza pela quitação dos responsáveis; e levantar o sequestro áquelle que declarar exonerado para com a Fazenda Nacional (Decreto de 22 de Novembro de 1851, art. 1^o; § 5^o)

7.º Agitar as provas, que forem apresentadas pelo responsável, no caso de perda ou arrebatamento de dinheiro público por força maior, enviando-as ao Tribunal do Tesouro Nacional por intermédio do Ministro da Fazenda, com seu parecer, sem suspensão da tomada de contas, e qual quer procedimento ulterior (Decreto citado, art. 1^o, § 6^o)

8.º Requisitar das autoridades e funcionários, que não forem subordinados, e ordenar aos que o forem, a remessa de quaisquer documentos e informações, que tiverem por indispensáveis para o exame e julgamento das contas (Decreto de 29 de Janeiro de 1851, art. 21, § 3^o)

9.º Advertir as Repartições, Empregados e quaisquer responsáveis de sua dependencia, quando da omissão ou prevaricação se não seguir provavelmente prejuizo publico ou particular, nos termos do art. 339 do Código da Processo Criminal.

10. Participar ao Presidente da Província os delitos ou erros de officio reconhecidos no exame e liquidação das contas, que o responsável houver cometido no exercício de suas funções, para se fazer efectiva a sua responsabilidade na forma da Lei (Decreto citado, art. 21, § 4^o)

Art. 8º As decisões das Thesourarias de Fazenda, preferidas em matéria contenciosa e disciplinar, concernentes nos responsáveis para com a Fazenda Nacional terão a autoridade e força de sentença dos Tribunais de Justiça, e serão executoriadas desde logo contra os mesmos responsáveis.

CAPITULO III.

Das atribuições do Presidente e Secretário da ordem do serviço, e do julgamento definitivo do Tribunal.

Art. 9º Ao presidente do Tribunal, ou ao Director Geral, que presidir o Tribunal na sua ausência ou impedimento, compete:

§ 1º Promover que o Tribunal celebre regularmente as suas sessões nos dias determinados.

2º Dirigir os trabalhos do Tribunal.

3º Manter a ordem na discussão e votação, e apurar os votos.

4º Deliberar conjuntamente com os membros do Tribunal (Decreto de 20 de Novembro de 1850, art. 5^o, § 1^o, arts. 9 e 11.)

Art. 10. Compete exclusivamente ao Ministro da Fazenda, como Presidente do Tribunal:

§ 1º Assinar as quitações, que, em virtude de deliberação do Tribunal, se passarem nos responsáveis, depois de subscritas pelo Director Geral da Tomada de Contas (Decreto de 20 de Novembro de 1850, art. 5^o, § 3^o)

2º Fazer expedir em seu nome, e assinar as resoluções e ordens concernentes aos negócios da competência do Tribunal (Decreto de 20 de Novembro de 1850, art. 5^o, § 4º e art. 11.)

Art. 11. Ao Oficial-Maior da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, como Secretário do Tribunal, compete:

§ 1º Assistir às sessões do Tribunal.

2º Lavar.

3º Escrivir.

4º Lavar.

5º Dirigir, intervir e organizar.

6º Subscrever os processos, manter a requisição do

trevo de 1851, art. 1^o.

Art. 12. O Presidente do Tribunal, ou o Director Geral, que presidir o Tribunal na sua ausência ou impedimento, compete:

§ 1º Havendo o feriado, ou 2º, e 5º, feira, se o feriado, a sessão fina

e, se este o for também, terá lugar no dia anterior, ou quando o Ministro da Fazenda o determinar.

2. A disposição do § antecedente poderá ser alterada pelo Ministro da Fazenda nos casos em que o horário de serviço exigir.

Art. 13. Para haver deliberação do Tribunal sobre as matérias de sua competência, é indispensável a presença de três membros, sendo um deles o Procurador Fiscal do Tesouro, e um do Presidente (Decreto de 20 de Novembro de 1850, art. 8º).

Art. 14. Os negócios, cuja solução é da competência do Tribunal serão decididos na forma do art. 9º do Decreto n.º 736 de 21 de Novembro de 1850, observada a regra do art. 10 do mesmo Decreto.

Art. 15. Os membros do Tribunal, quando se tratar de negócios seu, ou de seus concomitantes ou afins até o 2º grau por Direito Canonico, são obrigados a dar-se de suspeitos.

Art. 16. Logo que as contas forem entregues pelos responsáveis à Directoria Geral da Tomada de Contas, o Director Geral as distribuirá pelas Contadoras competentes, na forma do Regulamento, assignando os Contadores a carga em hybro especial, com as declarações precisas.

Art. 17. O Contador entregará as contas ao Escriptuário a quem competir, attentu a sua natureza, o qual também assignará carga em hybro particular do Contador, com as declarações convenientes.

Art. 18. O exame e revisão das contas de receita e despesa se efectuará pelo modo prescripto no Regulamento de 26 de Abril de 1852, e suas disposições em vigor.

§ Unico. Nenhum Empregado examinará as contas do mesmo responsável pertencentes a anos consecutivos, excepto no caso de estarem em atraso, e de poderem ao mesmo tempo ser tomadas as de diversos anos.

Art. 19. Concluído o primeiro exame da conta, o Contador a entregará a outro Escriptuário, o qual a examinará de novo, e dará a sua opinião acerca das observações do primeiro revisor, ou tomador da conta, glozando as que lhe parecerem desarranjadas, concordando nas que lhe parecerem procedentes e adicionando tudo o que entender necessário para o pleno esclarecimento della e justa decisão final.

Art. 20. Examinada e liquidada a conta, será entregue pelo Escripturário ao Contador e este, depois de rever-la, e dar a sua opinião, a apresentará ao Director Geral para emitir o seu parecer.

Art. 21. Os Contadores e Escripturários encarregados de tomar e rever qualquer conta ficão autorizados não só a ouvir o respectivo responsável e a outras quaisquer pessoas, todas as vezes que assim for de mister para esclarecimento delas, como também para requisitas de qualquer Repartição documentos para o mesmo fim, por intermédio do Director Geral da Tomada de Contas, que procecerá ulteriormente.

Art. 22. O Director Geral depois de examinada a indicação nos não alcance, apesar que seja o vel, fiduciante, sua curadoria, dando a bem de seu direito, constituem processos nelle escolherem Fazenda, o dom, intimações das com expressa ci dos reveis, e nalgum não farão.

§ 1º. Os processos e maio de 30 dias, contado

tidão da citação tiver entrado na Secretaria da Fazenda; mas poderão ser prorrogados, se houver motivo atendível, até mais 60 dias.

§ 2º. A citação se fará nos termos da legislação do processo civil pelos empregados inferiores da Administração, ou por meio de ofício seguro, na forma dos Regulamentos do Correio do Império, segundo o exigirem as circunstâncias.

Art. 23. Findos os prazos marcados nos responáveis, ou às partes interessadas para direcionar o que houver a bem de sua justiça, se allegarem alguma causa em sua defesa, devolver-se-á o processo com a defesa à Directoria Geral da Tomada de Contas para emitir o seu parecer, depois de ouvidos os empregados, que tiverem funcionado no mesmo processo.

Art. 24. Emitido o parecer de que trata o artigo antecedente, o Director Geral da Tomada de Contas apresentará as contas ao Tribunal para resolução definitiva, depois de ouvido o Procurador fiscal do Tesouro.

Art. 25. Terminada a discussão das contas em Tribunal, e apurado o vencimento, lavrar-se-á decisão declarando-se o nome do responsável, a natureza da sua responsabilidade, o tempo a que respeita e quaisquer outras circunstâncias necessárias.

§ 1º. As decisões do Tribunal sobre a tomada das contas estabelecerão a situação do responsável, julgando o quanto, em crédito, ou em débito para com a Fazenda Nacional; fixando neste ultimo caso o seu verdadeiro débito, e demandando o seu pagamento.

2º. As decisões serão assinadas pelo Ministro da Fazenda, ou pelo Director Geral, que estiver presidiendo o Tribunal, e depois pelos outros membros do Tribunal, guardada a ordem da antiguidade na forma da Lei.

3º. As decisões do Tribunal do Tesouro serão exequíveis a favor ou contra os responsáveis sómente nos termos seguintes:

1º. Nos dois primeiros casos de que trata este artigo, isto é, de achar-se o responsável quanto em crédito para com a Fazenda Nacional, mandará o Tribunal passar quitação, levantos os sequestros a que se tiver procedido, e homologar a fuxa nas fianças e hypothecas, e restituír os depósitos, se não continuar a sua gerência.

2º. Verificado o alcance, o Tribunal marcará um prazo dentro do qual o responsável ou seus fiduciados, viúva, herdeiros, ou interessados entrem com a respectiva importância, e juros correspondentes, na forma da Lei, para os cofres públicos; e não o fazendo, inscripta a dívida nos livros respectivos, e extrachida a capta corrente, será esta remetida, com cópia da decisão do Tribunal, para a sua execução aos Procuradores dos Feitos da Fazenda por intermédio das Repartições competentes.

§ 4º. Os processos serão devolvidos pelo Secretário do Tribunal à Directoria Geral da Tomada de Contas para todos os efeitos declarados neste artigo.

Art. 26. Nas Thesourarias de Fazenda observar-se-ão as disposições dos artigos antecedentes em tudo quanto for aplicável; deixando todas as deliberações dos Inspetores ser tomadas em Junta de Fazenda, na forma da art. 3º do Decreto n.º 837 de 12 de Novembro de 1851.

Art. 27. Nos casos do art. 2º, § 3º, do presente Decreto, as contas serão examinadas em outra Contadaria, e por outros empregados que não houverem funcionado no processo, que deve seguir à decisão recorrida.

TRANSCRIÇÃO.

Continuação do n.º 93.

V.

Porque se é o Papa rei temporal, sem o

o Vigário de Jesus Christo, que diz: « O meo reino não é deste mundo? »

Em verdade Nosso Senhor disse: « O meo reino não é deste mundo: é mas por caridade, nada de jogos de palavras. Trata-se aqui de causas sérias.

Traduzida para nossa língua esta palavra do Evangelho presta-se a um duplo sentido, e quasi sempre torna-se no pior. Jesus disse: **Regnum meum non est de hoc mundo**, o que em sua linguagem quer dizer: «O meo reino não é daqui, não parte deste mundo, mas do céo; et tu Pilatos que me interrogas, te iludo, supondo que minha realesa assemelha-se à de Cesar. — O meo reino é celeste, e minha realesa divina.

Onde por acaso lê-se que Nosso Senhor tenha dito que o seu reino não é sobre a terra? Esse reino que é sua Igreja, existe sobre a terra, e in quanto temba origem e fins celestes, sua realesa ligada a seu Vigário, não é deste mundo, mas fundada neste mundo.

Não se trata aqui do poder temporal; e está objeção, tão devoto quanto evangélica, cabe por si mesma diante dos primeiros elementos da gramática latina. Da afirmativa de Nosso Senhor de que o seu reino provém de Deus, segue-se que não possa neste mundo ser garantido por um poder temporal? — Se isto não foi ordenado, também não foi prohibido.

O poder temporal do Papa confunde-se com a realesa espiritual como o vestuário com a pessoa que o traja e se resguarda.

Se os Papas receberão dos soberanos católicos uma realesa temporal, não foi senão por necessidade e porque o livre exercício de seu ministério pontifical reclamava esta garantia de independência. A todo o momento eram os Papas violentados. Para garantir o exercício de seu poder, se lhes deu como armadura defensiva um Estado temporal.

Por tanto os Papas não são reis, senão para que possam ser mais livres e mais completamente pontifices. Nisto não há confusão, mas união de duas potências. A principal é por certo o poder espiritual; o temporal não é senão o acessório, porém o acessório necessário como o vestido é o indispensável acessório do corpo.

VI.

Os Papas passarão durante o espaço de oitenta e umos sem poder temporal, por que não poderão ainda passar?

Sem dúvida, e o seu poder espiritual que é imaterial e divino sahiria vitorioso desta provocação — por tantas tem elas passado! No espaço de oito séculos os Papas não tiverão poder temporal; assim os primeiros cinquenta dous desses Papas foram todos martyrisados, o que em verdade, confessou-o, não é um estado normal.

Depois das grandes perseguições, ou elles fôrão de facto os soberanos de Roma, e desta sorte escaparão às vexações de seus perigosos vizinhos, ou viverão sob o demônio director dos Imperadores romanos, que tratáro-los ou antes maltratá-los segundo os seus caprichos; desterrando-os de Roma, lançando-os em masmorras, todas as vezes que o Pontífice não queria ser cartasão.

A PENDA

Pede-se a um Sr. Capitão da G. N., negociante desta Praça, que abonou a Leandro José Gonçalves na quantia de oitenta mil reis, que haja de vir satisfazer ao abanho assinado tão pequena quantia, visto que o proprio devedor não tem meios para cumprir com o seu débito. Cuyaba 21 de Março de 1861. José Porfirio Antunes.

